

Maria Quitéria – Uma ruptura pela anistia

Maria Cecília Conte Carboni**

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a trajetória do boletim do Movimento Feminino pela Anistia de São Paulo, *Maria Quitéria* no período 1977 a 1979. No decorrer de sua publicação o boletim foi dinamizado como um instrumento de articulação do MFPA em pleno momento de reivindicação de uma lei de anistia para presos e exilados políticos, na vigência da ditadura militar brasileira, de 1964 até 1988.

Sua linha editorial era voltada à aprovação da lei de Anistia, com a particularidade de apresentar o tema sob a ótica feminina e não feminista. Trata-se de refletir sobre a linha editorial e a rede de comunicação e ação que o constituía e analisar a natureza de suas propostas e estratégias e as diferentes nuances existente no interior desse grupo de mulheres.

Palavras chaves: anistia, ditadura militar, mulheres

Abstract

The objective of this article is to analyze all the trajectory of the periodical of Feminism Movement for the Amnesty (Movimento Feminino pela Anistia), called *Maria Quitéria*, from 1977 to 1979. During its publishing, the periodical was dynamized as a instrument of articulation of MFPA in a time of strong debate for a amnesty law for political prisoners and exiled, throughout the Brazilian military dictatorship, from 1964 to 1988.

Its editorial line had a focus on the approval of the Amnesty law, with the particularity to present the theme under a feminine view, but not feminist one. The project is about its editorial line and the communication and action net that it is build around the periodical, and still analyze its propositions, strategically and its differentials dimensions existents in the group of women

Key words: Amnesty, military dictatorship, women

Pretende-se acompanhar neste artigo a trajetória do boletim *Maria Quitéria*, produzido na cidade de São Paulo, entre os anos de 1977 e 1979. O boletim surgiu para servir de porta-voz ao MFPA – Movimento Feminino pela Anistia, que surge em 1975. A criação desse boletim se deve a uma ruptura ideológica entre as lideranças de Terezinha Zerbine que funda o MFPA junto com um outro grupo de mulheres, em São Paulo, e a de Joana Lopes que edita o jornal *Brasil Mulher*, em Londrina, inicialmente criado para ser o jornal que representaria o MFPA. Seus trabalhos do MFPA iniciaram com inspiração no “Ano Internacional da Mulher”, estipulado pela ONU, em 1975.

Um grupo de mulheres, de classe média, entre elas, uma artista plástica, uma freira, uma advogada, uma professora, uma universitária, de diferentes faixas etárias, com

* Mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com bolsa mestrado pela CAPES

laços políticos nulos em relação a oposição mais aguerrida ao regime militar, mas envolvidas com circunstâncias geradas pela repressão política e militar, dominadas pela impaciência perante uma situação ameaçadora, sentam a mesa de jantar de uma delas, num bairro de alto padrão de São Paulo e decidem fundar o Movimento Feminino pela Anistia. Eram elas, Lila Galvão Figueiredo, Cristina Sodré Dória, Margarida Neves Fernandes, Virginia Lemos de Vasconcelos, Yara Peres Santestevan, Eugênia Cristina e Ana Lobo, além de Terezinha Godoy Zerbine.

Pouco tempo depois, em Curitiba, a jornalista Joana Lopes, recebeu na redação do jornal *Folha de Londrina*, onde trabalhava, um abaixo-assinado a favor da lei da anistia. Ela se interessa e vai até São Paulo entregar o abaixo-assinado pessoalmente a Terezinha Zerbine, a fim de tomar parte daquele movimento.

Terezinha Zerbine era advogada, mulher do general cassado em 1964 Euryale de Jesus Zerbini. Ela mesma, presa em 1970 na Operação Bandeirantes¹. Sua prisão se deu por conta da conexão que havia feito entre os freis dominicanos e o dono de um sítio em Ibiúna em 1967, onde se realizaria o Congresso clandestino da UNE no mesmo ano. Depois de descoberta essa conexão ela ficou detida por algumas semanas na OBAN.

Um tempo e algumas conversas depois, Joana Lopes inicia os trabalhos do jornal *Brasil Mulher*. Logo, com o primeiro número publicado outras mulheres egressas de organizações clandestinas militantes e de grupos feministas se unem ao jornal, que acaba adotando outros caminhos editoriais, o que desagradou o grupo de MFPA de São Paulo, em especial, Terezinha Zerbine, o que a leva a romper com este grupo e inaugurar um boletim, chamado *Maria Quitéria*. O boletim, era um veículo temático, com vocação política, restrita a defesa da Anistia e a tudo que a cercava e feminino, produzido por mulheres.

Essa ruptura entre as partes, isto é, entre as lideranças de Joana Lopes e Terezinha Zerbine, demonstra a diferença de opiniões entre os grupos. O *Brasil Mulher* queria ser um jornal que retratasse os problemas enfrentados pelas mulheres naquele momento social e político, mas engajado em temas feministas, que se comunicasse com a mulher trabalhadora, moradora das periferias. Já o foco do boletim *Maria Quitéria*, era estimular e promover a discussão a favor da elaboração e aprovação de uma lei de anistia política, sem a preocupação

¹ A OBAN foi lançada oficialmente em junho de 1969 e foi instalada na sede da Polícia do Exército e posteriormente na 36ª. Delegacia de Polícia na Rua Tutóia, em São Paulo, marcando o início de uma escalada repressiva que seria responsável por centenas de mortes, pelos meios mais bárbaros. Foram juntados aos autos a pesquisa realizada pelo "Projeto Brasil: Nunca Mais" com a informação que a OBAN nutria-se de verbas fornecidas por multinacionais como o Grupo Ultra, Ford, General Motors e outras. A estrutura fundamental em que a OBAN se apoiava era também viabilizada por recursos estaduais, tanto em termos de efetivos como das próprias instalações da sede da Operação. A criação da OBAN prepara as condições para montagem de uma estrutura que seria oficializada em junho de 1970 através do DOI-CODI.

de abrir uma discussão específica para e sobre as mulheres de baixa renda e suas condições ou sobre questões feministas, discussões sobre aborto ou pílulas anticoncepcionais, por exemplo.”Não faz sentido lutar como feministas quando o povo não tem pão e liberdade”(ZERBINE,1979:230)

Ao entrar em contato com a documentação do jornal *Brasil Mulher* chama atenção sua linha editorial, por dois motivos.Primeiro, por seu editorial que em nenhum momento cita o movimento de anistia ,mas sim a igualdade perdida e problemas que são comuns a homens e mulheres.Segundo , o objetivo do jornal em se incorporar a imprensa democrática, isto é , alternativa, que o Brasil via surgir naquele momento².E ainda, o nome do MFPA e de Terezinha Zerbine não aparecem na equipe que produz o jornal, algo que só acontecerá nos próximas edições do *Brasil Mulher*.

Segue matérias sobre emancipação, educação, discriminação da sociedade científica sobre o trabalho doméstico de homens e mulheres, entre outros temas. Há sim, nas páginas 8 e 9 no jornal , em sua primeira edição, uma matéria sobre a anistia, que traz o manifesto do MFPA, com fotos e falas de Terezinha Zerbine, e ainda um texto sobre a anistia de 1945.³

No editorial do primeiro número do boletim *Maria Quitéria*, marcava-se claramente a posição daquele grupo: “Não somos feministas (...)”.Parte daí todo o desencadeamento de posições políticas ideológicas que estabeleceria a ruptura entre os grupos de São Paulo e Londrina, dentro do MFPA. Mesmo depois da ruptura, o nome de Terezinha Zerbine continua a aparecer nas próximas seis edições do jornal *Brasil Mulher*. Segundo a jornalista Joana Lopes, editora do jornal, por uma questão política, já que o jornal continuaria a apoiar a anistia. (DEBERTOLIS, 2003:74).Apesar de não mais manterem a relação do início do MFPA, é inegável a representatividade que Terezinha Zerbine tinha naquele momento perante o movimento por anistia, já que foi ela quem iniciou o processo de forma pública, tirando da esfera privada uma discussão elaborada dentro de pequenos grupos de discussão, como mães de presos e exilados políticos e que necessitavam ganhar a esfera pública para o debate nacional.

Em seu primeiro número,o *Maria Quitéria*, retoma todo o surgimento do Movimento Feminino pela Anistia, desde 1975, como que anulasse o trabalho de divulgação e discussão já feito no jornal *Brasil Mulher*, porém fica evidente que mesmo com as diferenças de estilos de trabalho e até ideológicas, a embate assumido pelo grupo dois ano

² Informações retiradas do editorial do primeiro número do jornal *Brasil Mulher*.

³ A anistia de 1945, foi concedida pelo então presidente Getúlio Vargas, pondo fim ao estado repressivo, inaugurado em 1937 , com o Estado Novo. Vários presos políticos foram libertados.

antes, a favor da anistia, continuaria em processo, mesmo que fracionado. O boletim pregava a ampla participação da mulher na vida econômica, social e política do país, assim como fez, a soldado Maria Quitéria, que no entanto teve que se vestir de homem para poder exercer um desejo de participação efetiva na vida política do país, naquele momento a independência do Brasil.

Seu conteúdo se referia a tudo que circundasse o tema da anistia; manifestos, abaixo-assinados, apoios de parlamentares, aparições em palestras e eventos em todos o país, ou na mídia, demonstrações de apoio a outros jornais censurados, entrevistas com advogados, historiadores, questões de direitos humanos, situação de presos políticos, dentro e fora do Brasil, a formação de novos núcleos do MFPA, cartas abertas ao presidente e ministros, poesias, ilustrações, agenda de futuras atividades em prol da Anistia e até a discussão sobre uma nova Constituinte.

Através do MFPA, o movimento pela anistia atingia um outro grau de elaboração e organização. O que antes eram vozes esparsas e dissonantes, ganham, através do MFPA, unidade de discurso e afinação do tom de suas propostas.

O boletim tinha um logo-tipo na capa, aludindo a soldado Maria Quitéria⁴. Segundo Terezinha Zerbine a escolha do nome e da figura da soldada para o boletim se deu para que os militares não vissem como provocação contra o Movimento Feminino pela Anistia, assim, os militares tiveram que “engolir” aquele movimento, já que estavam bem representadas.⁵

O MFPA estabeleceu contato com os grupos que claramente se identificariam com a idéia, como representantes do MDB, da Igreja, entidades no exterior de direitos humanos, mulheres em outros estados, que já vinham se organizando, no sentido de formar uma rede de trabalhos e manifestações.

Esse tipo de manifestação política entre as mulheres fica cada vez mais comum na década de 70. Aquilo que foi uma voz silenciada, ou como afirma a autora Ana Maria Colling, “uma presença silenciosa na história e sua voz não é ouvida na política – a arena pública é masculina por excelência”. (COLLING, 1999:25), se torna uma voz cada vez mais presente nas espaços públicos que agora elas ocupam. Há que se lembrar, um novo cenário mundial para a condição feminina, inaugurado com os acontecimentos de 1968 e com a revolução sexual.

⁴ Maria Quitéria, nome de uma soldado baiana, que lutou se disfarçando de homem durante a guerra de independência do Brasil em 1823. Depois de descoberta ela é integrada a tropa. Hoje é a única patrona do Exército Brasileiro.

⁵ Carta de Terezinha Zerbine endereçada a pesquisadora em 27.02.2007.

“Depois do milagre, do boom imobiliário, da propaganda ufanista, a realidade começa a aparecer. Surgem embriões de movimento populares nas periferias (...), em especial em São Paulo, clubes de mães, movimento custo de vida, reivindicações de creches, postos de saúde iam fermentando e produzindo resultados. Nas reuniões, assembléias, a presença da mulher era constante, a maioria, quando não, eram as promotoras do evento”(BUITTONI, 1980:172)

A figura de Terezinha Zerbine, representando o MFPA, é constante em aparições e participações em outros órgãos de imprensa das mais diversas posições políticas e ideológicas. O MFPA marca posição e espaço no jornal *Opinião* e posteriormente no *Movimento*, como matérias sobre o MFPA. No Pasquim, uma longa entrevista com Terezinha, com a chamada de capa *A moda deste inverno é o medo, mas há quem prefira a anistia*, fala entre outros temas, de como ela entregou uma carta a Rosalyn Carter, primeira-dama dos EUA, naquele momento, manifestando a posição do MFPA. Matérias no *Coojournal*, outro importante jornal da imprensa alternativa, participação em um *Globo Repórter*, programa da TV Globo, sobre mulheres guerreiras, onde Terezinha Zerbine conta um pouco da história da soldada Maria Quitéria. O programa irá falar também de outras mulheres que marcaram posição por uma causa, como a religiosa Joana Angélica, ao mesmo tempo que se fala da condição feminina naquele momento, ano de 1976, além de pautar também a condição de trabalho e estudo da mulher negra. Outras aparições tanta da *TV Globo* como em outras redes de televisão, como a *Bandeirantes* e a *Tupi*, aconteceram no decorrer do MFPA.

O MFPA figura também em jornais como *O Estado de São Paulo*, onde o jornal registra a circulação da primeira edição do boletim *Maria Quitéria*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, o *São Paulo*, jornal da Cúria Metropolitana, e outros órgãos de imprensa mais regionais, como nas capitais nordestinas, na região sul do país.

Assim, como tantos outros que surgiram na esteira da imprensa alternativa e pequena imprensa, o *Maria Quitéria* atendia um público restrito, sua distribuição que era feita em pequena escala, de mão em mão, em atos ou eventos públicos. No entanto sua repercussão parece remeter ao estudo de uma rede de comunicação e ação que consegue constituir.

“A campanha pela anistia foi um amplo movimento social que se mobilizara em torno da questão da libertação dos presos políticos.(...) não podia mais ser ignorada pelo Estado de Segurança Nacional, dadas as intensas manifestações, comícios, passeatas e realizações de debates sobre a questão. Ela se desenvolvia no próprio país e também no exterior pelas exilados políticos que se encarregavam de denunciar as práticas de tortura aplicadas pelo regime.”(CARDOSO, 1993:92)

Numa conjuntura de disputas, há que se estabelecer a questão de ocupação dos espaços políticos que naquele momento de abertura prometida pela então presidente Ernesto Geisel, começava a se desenhar. Com a vitória inesperada do MDB, nas eleições de 1974, o governo militar começa a rever a promessa feita meses antes, sobre a distensão lenta e gradual.

O povo havia votado e decidido, o MDB via-se agora vestido de legitimidade oposicionista que até então não tinha, já que era uma oposição consentida e negociada e o governo tinha diante de si, uma crise interna estimulada pela indisciplina de alguns dos seus oficiais, que eram contra o processo de distensão política. Essa indisciplina se refletia, mais fortemente em meados da década de 70, no final de uma cadeia, fruto da doutrina de segurança nacional, a tortura.

E nesse cenário que aquele grupo conclamava todas as mulheres para se unirem ao movimento, assumindo as responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional e pregavam que só através da anistia de todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção, o país poderia mudar de rumo, em direção a democracia, através do perdão e do esquecimento das ações repressoras do estado e das reações das oposições armadas ou não.

Segundo a pesquisadora Andressa Maria Vilar Ramos,⁶ “anistia é um ato político de isentar de pena os atingidos e tornar sem efeito as sanções aplicadas” (RAMOS,2002:10).

Não era pretensão ser um movimento de massas, mas sim realizar um trabalho de conscientização de organizações civis, como os sindicatos e entidades de classe para que a anistia se tornasse uma bandeira nacional.⁷

Um engajamento que só poderia surgir e ser assumido por esta fatia da população, essa parte da classe média que se envolveu e se viu envolvida pelas arbitrariedades do regime, mães, esposas, filhas, irmãs e colegas dos principais envolvidos nestes episódios, militantes de organização de esquerda, muitas vezes clandestina, e em sua maioria, homens.

Esse artigo propõe trabalhar o boletim *Maria Quitéria* como um espaço pensado de articulação de práticas políticas. Como coloca Heloisa Greco em sua tese, *uma caixa de ressonância de oposição ao governo militar*(GRECO,2003:198) e também de discussões e

⁶Em sua dissertação *Liberdade Permitida. Contradições, limites e conquista do movimento pela Anistia:1975-1980, defendida em 2002 no programa de pós-graduação em História pela PUC-SP*.

⁷ Editorial do boletim *Maria Quitéria*, em sua primeira edição.

articulações, no sentido de pensar e organizar esse setor em formação do movimento social. Parte essencial desta discussão está em torno da questão dos presos políticos e das torturas.

“ Não é outra a gênese do Movimento Feminino pela Anistia, que, a partir de 1975, além de divulgar amplamente as denúncias e reverberar ao máximo a resistência no interior das cárceres, imprime caráter definitivamente político, programático e organizativo à questão, incorporando a este registro familiar a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. São justamente as mães dos presos políticos, em apelo de agosto de 1972, as primeiras a falar em anistia, ainda que de maneira confusa e emocional - “Anistia para os nossos filhos, ou mesmo redução de ao menos um terço de suas condenações” - , mas já constituindo significativa intuição do movimento que será deflagrado alguns anos mais tarde”. (GRECO, 2003: 198)

Importante notar também o discurso presente nas falas do boletim, de divulgar e explicar o que é a anistia. Conceitos como a pacificação da família e do lar brasileiro, de perdão e esquecimento estão sempre presente. Parte daí, as diferenças nos discursos entre os grupos que defendiam a anistia. Em especial o que representaria a anistia para a sociedade brasileira naquele momento e que tipo de anistia deveria ser concedida.

Se representasse o fim, ou o começo do fim do regime militar, o que era vontade de muitos grupos, como os presos políticos, ela teria que ser ampla, geral e irrestrita, ou seja abarcaria todos os presos políticos, mesmo os acusados ou condenados por crimes de sangue, os exilados, os cassados, exonerados ou demitidos, afastados de seus cargos por razões políticas. Além de não anistiar torturadores e seus superiores.

Se representasse o início de uma negociação, como era desejo de outro grupo, como por exemplo, parte do MDB, ela poderia ser ampla e geral, não abarcaria todos os casos, nem todos os presos seriam soltos ou perdoados, nem todos cassados poderiam voltar a atuar politicamente e todos os quase quinze anos de ditadura militar seriam esquecidos e perdoados, era uma anistia parcial, para que fosse possível um recomeço da vida política social brasileira.

Revisitar esse episódio, colocando em questão algumas das partes envolvidas, suas ideologias e a condição da mulher naquele cenário, assim como, de que forma esses espaços políticos foram ocupados e analisar o que significou este processo e como ele se alongou e se faz sentir até hoje, é um dos pontos a se tocar aqui.

É através das páginas do boletim *Maria Quitéria* e de suas entrelinhas, que o texto pretende revisitar o debate travado pela aprovação da lei da anistia. O que aconteceu durante os debates sobre uma futura lei da anistia, quais eram os grupos, quem formava esse grupo, e se houve, como muitas vezes podemos ver na historiografia do período, perdedores ou vitoriosos, com relação a lei da anistia.

É também, um dos objetivos desse trabalho, tentar contribuir com a ampliação e enriquecer a discussão e as visões sobre o movimento pela anistia , que até hoje volta à pauta de discussão da imprensa.

Bibliografia

- BUITTONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulheres de papel: representação da mulher na imprensa feminista brasileira e imprensa feminina**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.
- CARDOSO, Elizabeth da P. **Imprensa feminista brasileira pós-74**. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação da escola de comunicação e arte da Universidade de São Paulo, 2004.
- CARDOSO, Lucileide Costa. **Memória e Poder: as criações memorialistas de regime de 64**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação de história da PUC-SP, 1993.
- COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher na ditadura militar no Brasil**. Editora Rosa dos tempos, 1997, Rio de Janeiro.
- CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em Papel e tinta. Periodismo e vida urbana – 1890-1915**. São Paulo, Educ, 2000.
- DEBERTÓLIS, Karen Silvia. **Brasil Mulher: Joana Lopes e a Imprensa Alternativa**, 2002. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada. São Paulo**, Companhia das letras. 2004
- GRECO, Heloisa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**, 2003. Tese de doutorado-Programa de pós-graduação em Historia da Universidade Federal de Minas Gerais.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas, revolucionários nos tempo da imprensa alternativa**. Scritta Editorial, 1991, São Paulo
- RAMOS, Andressa Maria Vilar. **A liberdade permitida: contradições, limites e conquistas do movimento pela Anistia: 1975-1980**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação de história da PUC-SP, 2002.
- ZERBINE, Terezinha Godoy. **Anistia: Semente da Liberdade**. São Paulo, 1979 São Paulo: [s.n.]

Endereço eletrônico

Mortos e desaparecidos políticos , <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/perus/4.html>, consulta em 04 de maio de 2007.